



# Câmara Municipal de Meridiano

Estado de São Paulo

DA: PROCURADORIA JURÍDICA

PARA: PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Trata-se de **Projeto de Lei nº 054/2023**, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe de urbanização de uma propriedade rural, designada de área 2, com a denominação de Chácara Santo Antônio, com área de 00.1332 HA, encravada na Fazenda Jacilância, objeto da matrícula 49.394, do Cartório de Registros Imobiliário da Comarca de Fernandópolis-SP, e dá outras providências.

## I. Constitucionalidade Formal

De início, inexistem óbices constitucionais formais quanto à iniciativa, na medida em que, a nível municipal, por força da reserva privativa atribuída ao Poder Executivo na Constituição Federal, a presente propositura é de **competência privativa** do Município (art. 10, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Meridiano), competência a qual permite ao município estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e, como consta no projeto, de zoneamento urbano e rural, bem como de limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal.

## II. Constitucionalidade Material

O projeto de lei nº 054/2023 versa sobre a urbanização de imóvel em conformidade com a Lei Municipal nº 494, de 03 de maio de 1999 e dá outras providências. A Constituição Federal disserta sobre a competência dos municípios para tratar dos interesses locais. Conquanto, por bem prestigiar a soberania do município e o princípio da eficiência, pois constitui o ente da federação que melhor conhece os aspectos essenciais, sejam qualidades ou deficiências de sua localidade.

Pois bem, diante da análise constitucional material, não há óbices que macule o processo nesse ponto. Há respeito aos princípios basilares da Constituição Federal e demais leis, em especial a lei municipal nº 494/1999 e a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades).

A respeito dos princípios constitucionais, busca-se com a lei a regularização de espaço que por si só já possui elementos essenciais para caracterizar sua “urbanização”, e entabula a eficiência da administração pública em promover junto aos seus administrados a função social da propriedade e o desenvolvimento social, sendo assim o projeto de lei carece de eventuais vício constitucionais materiais.

**No entanto, no devido processo legislativo não consta documentação comprobatória que ao menos dois requisitos constantes do artigo 3º da Lei Municipal nº 494/1999 estejam presentes, ou ainda estudo que assim os comprovem.**



# Câmara Municipal de Meridiano

Estado de São Paulo

## III- Técnica Legislativa

Nesse ponto, o Projeto de Lei supramencionado também encontra amparo legal, eis que elaborado de acordo com os procedimentos e normas redacionais específicas, que visam à elaboração e um texto que terá repercussão jurídica.

Sem embargo, o parecer jurídico final é pela regularidade parcial, haja vista a ausência de documentação que corrobore com a existência dos requisitos normativos presentes em legislação municipal supradita.

É o parecer, *sub censura*.

Meridiano, 29 de agosto de 2023.

  
**CAIO VINÍCIUS CAETANO VELHO**  
**OAB/SP 440.312**